

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

AS 10
QUESTÕES
DO COLAPSO



D. QUIXOTE

APRESENTAÇÃO

«A todos vós, àqueles que têm um trabalho e a quantos não encontraram trabalho, digo: “Não deixeis que vos roubem a esperança! Não deixeis que vos roubem a esperança!”. Talvez a esperança seja como as brasas debaixo das cinzas; ajudemo-nos uns aos outros com a solidariedade, soprando nas cinzas, a fim de que o fogo volte a atear-se mais uma vez. Pois é a esperança que nos faz ir em frente. E isto não é optimismo, mas algo diferente.»

Papa Francisco¹

Este livro nasce numa posição insólita. Foi escrito em Agosto de 2016, quando os acontecimentos de que aqui se fala ainda não se produziram. No entanto, quando estiver a ser lido, certamente eles já serão uma dura realidade. Isso significa que, sobre o tema concreto deste volume, o leitor sabe muito mais que o autor. Isto levanta uma questão prévia e muito importante: por que razão alguém quererá publicar um livro nestas condições?

O propósito do exercício não é, de forma nenhuma, antecipar o que vai acontecer ou mostrar uma presunçosa ambição de profeta. Ninguém se pode arrogar conhecer com antecedência a evolução de um sistema tão vasto, complexo e variado como é a economia. Embora muitos o exijam à ciência, a realidade económica permanece sempre senhora de si mesma, sem ser controlada ou sequer conhecida por quem quer que seja. Isso, que tantos lamentam, tem um efeito muito conveniente, poupando a humanidade ao desastre de uma economia dominada e planeada

¹ Discurso no encontro com os trabalhadores durante a visita pastoral a Cagliari, 22 de Setembro de 2013.

por interesses particulares. O mundo, felizmente, é sempre muito maior que as nossas ambições.

Sendo assim, porquê escrever um livro destes? Porque não esperar que as coisas se revelem, para depois as analisar? A realidade é senhora de si, mas isso não significa que estejamos indefesos perante os seus caprichos. A finalidade desta obra é simplesmente avisar as pessoas, serenar os espíritos e ajudar a enfrentar, com esperança e seriedade, o que quer que aí venha. A evolução confronta-nos sempre com escolhas duras e exigentes, e é para essas que nos devemos preparar, mesmo antes de saber exactamente quais serão. Para isso, ainda que na ignorância, é muito importante colocar as questões no seu contexto; tentar identificar e descrever as forças dominantes e as tendências mais relevantes da actualidade; apontar cautelas, perigos, dilemas e algumas possibilidades de resposta. Qualquer que seja o colapso que se avizinha, é bom que antes de ele acontecer nos prevenamos conhecendo-o. E há muito que se pode fazer.

Este tipo de esforço tem, aliás, tradição eminente na ciência económica. Num dos casos mais brilhantes e marcantes, o livro *The Economic Consequences of the Peace*, publicado em Dezembro de 1919 por John Maynard Keynes, antecipou em dez anos o horror da grande depressão. Se as distâncias para o presente livro são enormes, em estilo, perspicácia, profundidade e abrangência, tornando ridícula a comparação, isso não impede a sensação de marchar na sombra de um mestre.

Deve dizer-se que a estranha situação deste livro, combinada com o seu humilde objectivo, tem sido a característica central desta pequena colecção de títulos. Quando em Junho de 2011 foi publicado *As 10 Questões da Crise* (Dom Quixote), Portugal entrava numa conjuntura nova. O país sofria uma forte perturbação há bastante tempo, mas o programa de ajustamento acordado com organizações internacionais, que começava precisamente nesses dias, transformava de tal modo a situação que definia um contexto diferente, onde o livro teria de mostrar relevância. Quase dois anos depois, quando em Fevereiro de

2013 saiu *As 10 Questões da Recuperação* (Dom Quixote), ainda parecia um atrevimento falar em retoma económica, que só meses depois se confirmaria estar então a começar. Em ambos os casos, o tema concreto do texto só se concretizou depois da sua edição, definindo um ambiente desconhecido onde o livro teria de contribuir.¹

Mesmo em tão atrevida sequência, esta terceira tentativa destaca-se pelo risco assumido. Um colapso, uma derrocada, uma ruptura é algo sempre difícil de antecipar, muito mais que uma crise ou uma recuperação, que normalmente se lhes seguem. No meio do torvelinho de acontecimentos que caracterizam a quebra da situação anterior surgem inúmeras variantes, com múltiplas e incomensuráveis possibilidades de catástrofe. No entanto, até nessa situação vertiginosa e aflitiva, ou talvez precisamente aí, existem certas referências que é bom manter, atitudes que devem ser preservadas, informações que se tornam decisivas. É precisamente isso que este livro pretende apresentar, para ser útil no meio do turbilhão.

Um colapso é sempre muito mau conselheiro. O susto, o pânico, a revolta e a raiva provocam comportamentos que, muitas vezes, se sobrepõem à dinâmica original, agravando-lhe as consequências. Precisamente porque se tem de actuar no meio de intensa pressão e incerteza, muitas vezes de forma súbita e decisiva, é fácil perder a cabeça, largar as referências, deixar-se guiar pelos instintos mais baixos. Ora, por isso é que nessas alturas se torna mais necessário manter a serenidade, agarrar o essencial, subir acima das circunstâncias. E um dos meios mais seguros de o conseguir é aproveitar o momento anterior ao choque, quando ainda se está de cabeça fria e se pode ir preparando o impacto. É apenas essa a situação e o propósito deste livro. Depois veremos a situação concreta a enfrentar.

¹ Vale a pena referir um terceiro volume, também publicado nesta editora em 2014, *Portugal, Esse Desconhecido*, que, não tratando directamente desta conjuntura, traça um pano de fundo que também será referido adiante.

Um problema conexo liga-se às consequências de escrever um texto com um título tão alarmista. Será que ao prever um colapso e proclamando-o desta forma não se está a fomentar essa desgraça? A antecipação de algo gera reacções nas pessoas, que podem reforçar ou contrariar essa verificação. É verdade que, em economia, algumas previsões influem de tal modo sobre a realidade que precipitam aquilo mesmo que prognosticaram, tornando-a assim auto-verificadas. Mas também se diz que, em economia, fazer uma previsão é dar um passo para que ela não se concretize.

Este é um dos eternos dilemas na análise das questões financeiras. A base do sistema de crédito é a confiança, e esta constitui uma das substâncias mais frágeis e caprichosas do universo. Assim, sem querer, as análises podem influenciar a realidade de forma indesejada. Um juízo negativo sobre a evolução, como o deste livro, arrisca-se a precipitar a própria derrocada que prevê. Mas, por outro lado, tentar maquilhar uma situação desastrosa, mostrando uma conjuntura mais favorável do que realmente é, implica a responsabilidade pelas perdas geradas aos que acreditaram na fábula. Os exemplos disto são legião.

Este livro foi escrito partindo de duas hipóteses. Primeiro, é evidente que a sua influência na situação global da economia portuguesa é mínima. Ninguém poderá dizer que foi a opinião de um académico, sem qualquer responsabilidade concreta, a precipitar o colapso. O aviso até pode ter contribuído para o evitar ou reduzir. Além disso, têm-se dito tantas coisas chocantes nos últimos tempos, algumas delas por verdadeiros responsáveis políticos, que mais um livrinho pouco muda a opinião pública.

Em segundo lugar, o livro só foi escrito quando a inevitabilidade do colapso parece praticamente garantida. Há muito que os sinais de alarme estão a tocar, perante a passividade ou a cumplicidade de quem podia tomar medidas. Durante muito tempo, os desequilíbrios foram sendo adiados, inchando sucessivamente. Apesar de várias chamadas de atenção de especialistas e organizações internacionais,

a apatia dominava. Agora está próximo o fim da linha. Avisar da emergência tornou-se um dever.

Seguindo a estrutura dos tomos anteriores, a análise será feita com referência a dez questões correntes, cuja resposta pode ajudar a enfrentar o que aí vem:

- O colapso é inevitável?
- O mundo vive uma mudança de época?
- Porque temos taxas de juro negativas?
- Porque se agrava a desigualdade?
- O extremismo vai vencer?
- O que se passa no orçamento?
- Porque está a banca assim?
- Porque não cresce a economia?
- Que vai acontecer?
- Que devemos fazer?

Uma ruptura financeira é sempre algo terrível e imprevisível, mas enfrentá-la com algumas ideias claras acerca destas dez questões pode ajudar em alguma coisa. É essa a esperança que justificou este livro.

Os dois volumes anteriores tinham cada um o seu patrono, dois economistas de referência para inspirar a abordagem. O austríaco Joseph Schumpeter, um dos nomes da ciência económica mais relacionados com a compreensão das crises, patrocinou o primeiro tomo, enquanto o escocês Adam Smith, referência fundamental no progresso e na recuperação das nações, guiava o segundo. Não é fácil escolher quem seguir no meio de um colapso. Dentro do vórtex, a ciência económica pouco pode dizer, como veremos já no primeiro capítulo. De facto, face a uma derrocada, o estudo, assim como a política e as demais capacidades humanas, mostram-se bastante impotentes. Nessa altura, os dados estão lançados e só falta saber até onde nos arrasta o turbilhão. Quem tomar como guia numa situação de queda livre?

Apesar de todos os avanços da técnica e do progresso, existem momentos em que tomamos consciência da pequenez da nossa natureza. Um desses momentos é precisamente uma devastação financeira, como a que trata este livro. Aí, a humanidade perde o controlo e tem de apelar para forças superiores. Por isso é com naturalidade que, num livro sobre economia actual, se apela para o Papa Francisco, um dos poucos líderes mundiais que mantém autoridade e nos indica uma via credível na actual conjuntura. Esta opção também revela que, em alguns dos confrontos, dilemas e encruzilhadas em que nos vamos encontrar nos próximos tempos, precisaremos de verdadeiros milagres para evitar o desastre.

Além do padrinho, este livro tem várias pessoas a quem muito deve. Primeiro aos colegas e amigos, cujas conversas ao longo dos últimos meses me ajudaram tanto. Em particular o Dr. Joaquim Cadete, com o seu profundo conhecimento do mundo financeiro, foi precioso em várias fases desta reflexão. Tal como os anteriores, este livro só aconteceu porque o Dr. Duarte Bárbara, da Dom Quixote, me desafiou para ele. A sua competência e a de toda a editora foram preciosas e merecem toda a minha gratidão. Finalmente, quero agradecer à Luísa e a toda a minha família, que tiveram, mais uma vez, de suportar um livro que invadiu as nossas férias. Duvido que o produto final justifique o sacrifício.

Um colapso é sempre uma coisa assustadora, devastadora, desesperante. Mas é bom nunca esquecer que há valores mais altos que permanecem mesmo no meio das piores catástrofes. A história mostra-nos como a humanidade, e cada país, já sobreviveram a fenómenos muito mais dramáticos e violentos que os actuais. Estes são apenas aqueles que nos cabem enfrentar. Depois deles, o mundo continuará. A única dúvida é a qualidade do nosso contributo nos momentos de exigência.

Lisboa, 31 de Agosto de 2016

1. O Colapso É Inevitável?

«A crise financeira que estamos a atravessar faz-nos esquecer a sua origem primordial, que se encontra numa profunda crise antropológica, ou seja, na negação da primazia do homem. Criámos novos ídolos. A adoração do antigo bezerro de ouro encontrou uma nova e cruel versão na idolatria do dinheiro e na ditadura de uma economia realmente sem fisionomia nem finalidade humanas.»

Papa Francisco¹

Esta primeira pergunta terá um significado muito diferente, dependendo do momento em que for considerada. Para muitos dos leitores, a questão vai parecer meramente académica, pois, vivendo já em pleno o dramatismo da derrocada, é apenas vagamente interessante saber se antes existiam alternativas. Para aqueles, porém, que tenham a possibilidade de seguir estas páginas antes da ruptura, a existência dessas opções revela-se decisiva, permitindo saber se ainda é possível evitar a desgraça. Será que este colapso é mesmo uma fatalidade?

Aqui reside também boa parte da credibilidade deste livro, que foi escrito quando a economia ainda parecia serena e o cenário dramático constituía apenas uma das possibilidades futuras. Se mais tarde a famigerada ruptura nunca se viesse a verificar, o interesse do volume reduzir-se-ia drasticamente. Pode pois dizer-se que este primeiro capítulo estabelece o teste que determinará a solidez de todo o raciocínio. Será este cenário de tal modo provável que se

¹ Discurso aos novos embaixadores por ocasião da apresentação das cartas credenciais, 16 de Maio de 2013.

justifica, umas semanas ou meses antes, começar a especular acerca dele? Será que esta antevisão é científica, permitindo uma segurança mínima na antecipação, ou trata-se de mero palpite ou, pior, manipulação alarmista, com objectivos inconfessáveis?

i) O que é um colapso?

Antes de mais é preciso determinar, afinal, o que estamos aqui a considerar. Que se entende exactamente por um colapso? Uma antecipação só é válida a partir de uma identificação clara do cenário em consideração. Por isso, este passo prévio é essencial para estimar a relevância da previsão.

Crises há muitas, pois a realidade social é incerta e turbulenta por natureza. As economias enfrentam continuamente muitos riscos e sofrem inúmeros choques com resultados dramáticos para o bem-estar das populações. A história mostra como os aparelhos produtivos são destruídos ou, pelo menos, fortemente enfraquecidos devido a catástrofes naturais, conflitos militares, turbulências sociais ou transformações tecnológicas. Ouvimos serem apontados fenómenos tão diferentes como incerteza eleitoral, insurreições armadas, instabilidade na sociedade civil, secas, cheias, subidas ou descidas do preço do petróleo e outros recursos, terremotos, migrações e tantos percalços.

Provocadoramente, tudo isso está presente hoje na Europa e em Portugal. Sabemos como, nestes tempos tão conturbados, muitos factores de ruptura se destacam, das sangrentas guerras em África e no Médio Oriente à fragilidade parlamentar de vários governos, juntamente com a instabilidade dos mercados energéticos. É possível que um desses aspectos, ou mesmo vários, venham a revelar-se centrais na nossa próxima conjuntura. Contudo, quando se fala aqui em colapso, não é isso que se refere, mas algo bastante diferente e bem definido.

A economia portuguesa encaminha-se paulatinamente para uma situação de potencial ruptura de pagamentos nas suas obrigações creditícias. Quando a atingir, chegará ao tipo de contingência financeira que aqui se entende como um colapso. Trata-se, portanto, de algo muito diferente de uma perturbação produtiva, uma fissura no equilíbrio político-social ou um choque no ambiente natural. Trata-se de uma disfunção do próprio mecanismo monetário que suporta as transacções, um abalo que afecta a solidez dos créditos, dos depósitos e de outros activos da sociedade. Não tem directamente a ver com a actividade das empresas e o lado produtivo, embora sofra efeitos e sobretudo gere consequências sobre eles.

Essa condição estará centrada nas contas públicas, embora não se limite a elas. É isso que tem dominado as atenções mediáticas, mas a instabilidade também se estenderá ao sector privado, pois empresas e famílias estão igualmente endividadas e poderão entrar em incumprimento. Em particular a banca, que concentra em si os dois desequilíbrios nacionais, público e privado, será um dos epicentros da perturbação.

Deste modo, a palavra «colapso» indica aqui directamente um fenómeno de emergência financeira, semelhante aos que Portugal viveu em 1978, 1983 e 2011. Nesta questão, como em tantas outras, a história nunca se repete. Por isso, ao verificar-se um colapso, a evolução posterior será diferente de qualquer outra, com inúmeras possibilidades concretas. De qualquer modo, e sem tirar nada a essa enorme incerteza, existem alguns traços que serão sempre dominantes, pelo que podemos resumir o cenário de um colapso a um quadro de sintomas semelhantes ao que vivemos na primeira parte desta década, após a intervenção da chamada *troika*¹.

¹ Esta palavra, que entrou no imaginário nacional após 2011, foi usada para mencionar o trio de instituições, Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu que aplicaram o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, assinado a 17 de Maio de 2011 e que vigorou até 30 de Junho de 2014.

Este paralelo lembra ainda que falar de «potencial ruptura» não tem de significar necessariamente uma verdadeira falência, com suspensão de pagamentos. Dessas três vezes anteriores, o incidente financeiro não chegou a concretizar-se, pois o alarme foi acompanhado pelo acesso a um pacote de ajuda externa, facilitado pelas organizações internacionais a que o país pertence¹, o que permitiu evitar a verdadeira insolvência. Graças a essa ajuda, Portugal tem conseguido escapar à situação de incumprimento de pagamentos, o que podia gerar graves problemas de credibilidade externa e sérios obstáculos para o futuro acesso aos mercados de financiamento. Desde 1891 que Portugal não rompe as suas responsabilidades soberanas.²

Naturalmente que essa ajuda, tal como aconteceu no passado, virá ligada a imposições políticas, em particular de ordem orçamental e estrutural, que por sua vez terão graves consequências socioeconómicas. Daí que se espere uma recessão produtiva, com todos os problemas que bem conhecemos da crise anterior, os quais, não sendo tão graves como seriam se houvesse falência, serão bastante dolorosos. São estes aspectos que, naturalmente, vão dominar as atenções. Daqui resultam duas distorções de percepção que deformam a compreensão deste problema, e que vale a pena referir desde já.

Primeiro, o colapso tem uma natureza diferente da crise que o origina. De facto, a causa do choque é financeira, mas aquilo que as pessoas sofrem é social e económico. Quando os agentes perdem a confiança na dívida do Estado ou na solidez da banca e cortam os fluxos de financiamento, o resultado é uma recessão que gera reduções nos salários e nos lucros, falências de empresas, aumento de desemprego, queda no consumo das famílias e diminuição geral

¹ Nos dois primeiros casos, que se verificaram antes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, o programa de ajuda foi apenas financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2011, a ajuda foi concertada entre as instituições europeias (Banco Central Europeu e Comissão Europeia) e o FMI.

² Ver a discussão em *As 10 Questões da Crise*, Secção III.7, «Portugal já faliu alguma vez?», e *As 10 Questões da Recuperação*, Secção I.3, «Podemos repudiar a dívida?».

do bem-estar. São estes os elementos que realmente marcarão a situação. Quando enfrentarmos o aperto na actividade económica, será difícil recordar que a verdadeira razão tem que ver com a falha de um mero mecanismo coadjuvante, as finanças.

A segunda ilusão de óptica é ainda mais grave, e mostrou-se dominante por cá nos últimos anos. Portugal sofreu um colapso em 2011 quando se viu incapaz de fazer pagamentos por ruptura na confiança dos aforradores nacionais e internacionais. Se essa situação fosse levada às últimas consequências, existiriam gravíssimos impactos na vida de todos os cidadãos perante o caos financeiro resultante. Conhecemos demasiados casos destes, também na história de Portugal, para haver dúvidas sobre a dimensão devastadora dessa catástrofe. No entanto, essa terrível desgraça foi evitada graças aos referidos empréstimos de recurso fornecidos pelas organizações internacionais.

Portugal devia mostrar-se muito grato por essa ajuda. Só que, como esse apoio vem necessariamente ligado a exigências de poupanças e reformas para colmatar a ruptura, e como estas medidas têm fortes e inevitáveis custos sociais, o país imputou os sofrimentos à cura, e não à doença. Muita gente abomina a famigerada «austeridade», que atribui a imposições externas, sem entender que a situação teria sido muito pior se os estrangeiros não nos tivessem ajudado. Além disso, não vêem que os tais cortes e reestruturações eram aquilo que, de qualquer maneira, nós tínhamos sempre de fazer para corrigir os desequilíbrios que nos trouxeram ao colapso. Pode mesmo dizer-se que foi por não termos cumprido aquilo que o programa de ajustamento exigiu em 2011 que, cinco anos depois, nos aproximamos de nova situação de ruptura.

ii) Ciência e colapsos

Fica assim claro o que aqui se entende por colapso. Uma vez definido o cenário que se antevê, é preciso assegurar, com um mínimo

de solidez, a sua plausibilidade. O que pode levar alguém, antes de se sentirem os sintomas, a garantir que tal coisa se verificará? Pode a ciência antecipar com um mínimo de certeza a verificação de uma ruptura financeira como aquela de que trata este livro?

Num dos dois volumes anteriores já foram feitas algumas considerações acerca do valor das previsões em economia.¹ Todos sabemos como é extremamente difícil antever o comportamento de um sistema tão complexo como é o corpo económico, cheio de sectores, mercados, políticas, trabalhadores e consumidores. Muitos cientistas de outras áreas, que se dedicam a temas mais simples e lineares, como a Física, a Química ou a Engenharia, costumam divertir-se ridicularizando estes falhanços dos economistas, apesar de não conseguirem melhores resultados se usassem as suas técnicas sofisticadas nos campos económicos.

Além desta incerteza acerca da possibilidade de verificação de um tal acidente, existe ainda a questão adicional de determinar o momento da sua verificação. É atrevido, mas relativamente razoável, anunciar que, num futuro indefinido, Portugal virá a passar por um conjunto de circunstâncias que consubstanciem um colapso. Mas o que se está aqui a afirmar é algo muito mais concreto e exigente: nos próximos tempos, dentro de algumas semanas, meses ou poucos anos, isso vai acontecer. Ora, a esse nível existe mesmo uma indeterminação cientificamente demonstrada.

Como o laureado com o Prémio Nobel Robert Lucas explicou em Agosto de 2009: «Uma coisa que não vamos ter, agora ou nunca, é um conjunto de modelos que prevejam quedas súbitas no valor dos activos financeiros, como as descidas que se seguiram à falência do Lehman Brothers em Setembro. Isto não é nada de novo. É sabido há mais de 40 anos e constitui uma das principais implicações da “hipótese do mercado eficiente” de Eugene Fama, que afirma

¹ Ver *As 10 Questões da Recuperação*, Secção I.10.i), «Valor das previsões».

que o preço de um activo financeiro reflecte toda a informação relevante e geralmente disponível. Se um economista tivesse uma fórmula que pudesse de forma segura prever crises uma semana antes, por exemplo, então essa fórmula passaria a fazer parte da informação geralmente disponível e os preços cairiam uma semana antes.»¹

Como quatro anos após estas afirmações, em 2013, o professor Eugene Fama ganhou também ele o Prémio Nobel da Economia, podemos confirmar a solidez dessa visão. O resultado é que a economia, por muito que se descubra acerca do funcionamento do sistema, nunca conseguirá determinar com exactidão o momento de um colapso.

A única conclusão razoável destas considerações é que, como se disse já repetidamente atrás, avançar em Agosto de 2016 com a previsão de um colapso financeiro em Portugal, para esse ano ou o próximo, parece uma afirmação demasiado arriscada, com duvidosa sustentabilidade técnica. Se a ciência económica dificilmente antecipa a evolução do sistema, em qualquer circunstância, e, além disso, no caso particular de uma derrocada, ela sabe que nunca poderá sequer determinar com exactidão o momento da sua verificação, o mais sensato seria abster-se de fazer previsões. Porquê, então, publicar este livro?

Existe sem dúvida uma possibilidade de o nosso país ainda escapar, ou adiar, uma ruptura creditícia, como veremos adiante. Esse facto é inegável. Apesar disso, este volume fundamenta-se em dois pilares bastante sólidos. O primeiro é que, mesmo que, por milagre, Portugal evite um colapso, a grande maioria do que aqui está escrito continua a ser verdade e útil para quem quiser acompanhar a economia portuguesa. Como se disse atrás, este não é um exercício de conjectura sobre o futuro, mas de determinação dos grandes

¹ Lucas, Robert E., «In defence of the dismal science», *The Economist*, 6 de Agosto de 2009. Este trecho já foi citado em *As 10 Questões da Crise*, Secção I.1 iv), «A defesa da economia».

traços da estrutura, dos grandes valores de referência, das principais regras de prudência que devem guiar a nossa evolução nos próximos tempos. Se escaparmos ao desastre, continua a ser bom conhecer esses elementos.

A segunda justificação está no vasto conjunto de sintomas que apontam de forma ingente para a proximidade de um colapso financeiro. É verdade, como se disse, que a realidade económica, como a meteorologia ou a saúde, é um fenómeno complexo e difícil de antecipar. Mas existem certos casos extremos em que a certeza quase se impõe. E este é um desses casos especiais. Não são muitas as situações em que se pode com segurança avançar um prognóstico. Mas aqui o risco é tão pequeno que são diversos os analistas que já há tempos repetem esta antevisão. Será uma surpresa generalizada se Portugal desta vez conseguir escapar a um colapso.

iii) Os traços do colapso

Determinar os contornos da situação que nos conduz ao colapso é a função da segunda parte deste livro, depois de analisar as razões de fundo que conduzem o mundo no nosso tempo. No entanto, é possível desde já descrever os aspectos mais salientes, só para fundamentar brevemente a aposta deste livro. Em particular, é possível comparar brevemente a situação actual com aquela que se vivia há cinco anos, precisamente quando caímos no colapso anterior.

A) As contas públicas

Começando pela situação orçamental, o Governo fechou as contas do ano de 2015 com um défice de 4,4% do PIB e promete atingir este ano os 2,2%.¹ São valores muito mais baixos que os 11,2%

¹ Ver Programa de Estabilidade 2016-2020, apresentado pelo Governo em Abril de 2016, Tabela 2.a: «Perspetivas orçamentais das Administrações Públicas», página 44.